

OS EMPRESÁRIOS DO MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM E SUAS AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA ÚNICO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA

THE ENTREPRENEURS OF THE MOVEMENT FOR THE COMMON NATIONAL BASE AND THEIR ACTIONS FOR THE IMPLEMENTATION OF A SINGLE BRAZILIAN EDUCATION SYSTEM

Roberta Cristiane de Andrade PASSOS¹

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de tecer reflexões e críticas acerca da influência dos empresários no setor educacional, em particular, discute-se as ações do Movimento Todos pela Base como um membro articulado ao movimento Todos pela Educação, buscando dar continuidade ao projeto de difusão e implementação da lógica neoliberal na educação básica brasileira. Este grupo, atuou fortemente para que a Base Nacional Comum Curricular fosse aprovada e, em seguida, cumprida em todas as escolas do Brasil, através de um sistema de monitoramento e acompanhamento da mesma. De caráter obrigatório, a Base vem fazendo com que toda a educação básica do Brasil se adeque, implemente e cumpra uma referência comum para os currículos de forma a ser igual para todos. Pretende-se assim, expor as novas estratégias utilizadas por essas organizações, de que forma tem atuado, quais são seus reais objetivos e se estão sendo alcançados. Corroborando para uma análise das consequências que isso traz para a educação brasileira e quem são os atingidos e talvez prejudicados com tal modelo de educação, assim como, qual a posição e papel do estado em relação a essas novas demandas.

PALAVRAS CHAVE: Empresários. Educação Básica. Currículo.

ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on and criticize the influence of businesspeople in the education sector. In particular, it discusses the actions of the Todos pela Base (All for the Base) Movement as a member of the Todos pela Educação (All for Education) movement, seeking to continue the project of spreading and implementing neoliberal logic in Brazilian basic education. This group acted strongly to ensure that the National Common Core Curriculum was approved and then complied with in all schools in Brazil, through a system of monitoring and follow-up. Mandatory in nature, the Base has been making all basic education in Brazil adapt, implement and comply with a common reference for curricula so that it is the same for everyone. The aim is thus to expose the new strategies used by these organizations, how they have acted, what their real objectives are and whether they are being achieved. This will lead to an analysis of the consequences for Brazilian education and who is affected and perhaps harmed by this model of education, as well as the position and role of the state in relation to these new demands.

KEY WORDS: Entrepreneurs. Basic education. Curriculum.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação (PROPED), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana. Professora Adjunta de Educação Infantil, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. E-mail: robertaand01@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6214-0568>

1 INTRODUÇÃO

No início do século XXI, o empresariado brasileiro e os intelectuais orgânicos do capital assumem papel decisivo no estabelecimento e na condução das políticas públicas, de modo a legitimar o capitalismo contemporâneo como o modo mais avançado e humanizado de produzir a existência humana. Estes sujeitos históricos, tomaram para si a responsabilidade de apresentar soluções para os problemas sociais gerados pelo capitalismo em sua fase neoliberal.

Havia nesta época a proposta da educação como responsabilidade de todos, que esteve presente nos debates constituintes de 1987-1988, materializando na Carta Magna de 1988. Daí por diante, deslancham-se iniciativas privadas de educação que contaram com o apoio do Estado, caracterizadas pelas parcerias público-privadas, para a construção de uma nova pedagogia da hegemonia, com diversos empresários dispostos a atuar na transformação da educação.

A Conferência Mundial de Educação para Todos nos anos 90, orientou as políticas educacionais implementadas ao longo dos anos 90 em diante. Um compromisso coletivo foi então assumido para atingir os objetivos e metas da Educação para Todos, assinado no ano de 2000, n'O Marco de Ação de Dakar, que pretendia que novos compromissos financeiros fossem assumidos com os governos nacionais e internacionais. (UNESCO, 1990). Esse acordo reconfigurou o espaço público no Brasil e permitiu que diversos membros da sociedade civil participassem dos processos de mudança das políticas sociais.

A escola tem tido um papel pedagógico fundamental, onde o novo cidadão deverá apresentar “uma nova capacitação técnica, o que irá implicar uma maior submissão da escola aos interesses e necessidades empresariais e uma nova capacidade dirigente, com vistas à ‘humanizar’ as relações de exploração e de denominação vigentes” (MELO, 2004, *apud* NEVES, 2005, p.105).

Agora, o empresariado brasileiro, imbuído de responsabilidade social, expressa o encerramento da crise e das tensões hegemônicas e indica novas políticas. Essa intervenção social dos empresários é, na verdade, uma nova perspectiva da atuação educativa da classe burguesa, que busca a legitimação de sua condição de dirigente de toda a sociedade (MARTINS, 2005).

O Estado passa a não investir na educação pública, gratuita e de qualidade por causa das condicionalidades do campo econômico trazidas pelo empresariado, bem como pelos organismos internacionais. Retira-se assim, a responsabilidade do Estado sobre a educação pública, transferindo-a para o setor privado e entidade tidas como sem fins lucrativos.

Percebemos, neste contexto, a presença das ONGs, fundações e associações civis sem fins lucrativos, que, em sua maioria, se constituem aparelhos privados de hegemonia, reproduzindo a concepção burguesa mundial no espaço nacional. Essas associações civis privadas são importantes veículos de *repolitização*, devido ao financiamento externo de suas atividades (NEVES, 2005).

2 NOVO MECANISMO DE EDUCAÇÃO NEOLIBERAL INVADE O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Os empresários brasileiros, por meio de seus institutos, fundações e organizações patronais, desenvolveram uma rede de parcerias com as instituições escolares e Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, mostrando, de fato, as parcerias público-privadas que foram sendo estabelecidas (MELO *et al.*, 2015). Dessa forma, o empresariado consegue difundir mais fácil e rapidamente seu *ethos* empresarial.

Destacamos em particular, o ano de 2013 na qual ocorreu a criação do movimento Todos pela Base. Nossa análise leva-nos a perceber a convergência dos interesses empresariais com os objetivos do movimento Todos pela Educação². Ao longo do texto ficará claro que esse movimento é uma articulação, um membro ligado ao movimento Todos pela educação, criado bem antes. Este é o grande articulador e desenvolvedor de diversos programas educacionais em nível nacional nos dias de hoje, com fins de garantir, ampliar e fortalecer os empresários e os APH, aproveitando-se do desmonte da Escola Pública e da *comodificação* da educação, para se revestir do caráter público do Ensino e imprimir a qualidade empresarial no chão da escola.

Diante dessa conjuntura, a lógica de produção foi transferida para a educação, com ênfase em gestão e no investimento em tecnologia. Temos, hoje, o que podemos chamar de neotecnicismo. De acordo com Freitas,

² Para mais detalhes consultar Passos (2015).



O tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocracia e *gerencialista*, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de *standards*, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas a condição de pilares da educação contemporânea. Denominamos esta formulação neotecnicismo (2012 p.383).

O neotecnicismo se apresenta em categorias como responsabilização, meritocracia e privatização, e é caracterizado por um controle dos processos educacionais que objetiva alcançar resultados por meio de testes. O aluno passa, então, a ser alvo de recompensa da escola.

A partir de uma análise da realidade brasileira, presenciamos cada vez mais o fortalecimento dos setores empresariais na educação. Freitas (2012) destacou esses grupos de empresários como “reformadores” junto ao governo, que foram comparados aos *Corporate Reformers*, os reformadores da Educação nos Estados Unidos. Refere-se a um acordo entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos, fundações privadas e pesquisadores com o discurso de que suas propostas são mais adequadas para “consertar” a Educação. No caso do Brasil, temos o Movimento Todos Pela Educação (TPE), com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica.

O tipo de atuação destes empresários é relacionado à teoria behaviorista. Segundo Taubman,

a psicologia behaviorista, com o apoio das ciências da informação e neurociência, constrói uma cultura da auditoria, refere-se à emergência de sistemas de regulação na qual as questões de qualidade são subordinadas à lógica da administração e na qual a auditoria serve como uma forma de meta-regulação por meio da qual o foco é controle do controle (TAUBMAN, 2009, p. 108 *apud* FREITAS, 2012, p. 382).

A base dos mecanismos de controle exercidos por esses empresários pode ser encontrada nos trabalhos de Skinner (1972), no qual

os reforçadores inventados da sala de aula não se relacionam de perto com vantagens imediatas ou a longo prazo e fazem com que seja fácil, para o professor, perder de vista o significado do que está ensinando e, para os que mantêm a educação, perder contato com o que está realmente ensinado (SKINNER, 1972, p. 219 *apud* FREITAS, 2012, p.382).

O Movimento Todos pela Educação é o articulador dessas teorias, possui uma ligação com ONGs, institutos e organizações financiadas por empresas e corporações privadas. A brecha para sua atuação na Educação é dada pelas organizações sociais públicas não estatais de direito privado.

É possível perceber, também, a grande influência da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), que tem por interesse o aparelhamento a educação a partir dos interesses empresariais, a qual avalia a educação no mundo a partir de padrões em um teste chamado PISA (*Programme for International Student Assessment* — Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)³. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) atrela-se aos padrões internacionais da OCDE, assim, é evidente que os objetivos educacionais estão sendo planejados de fora para dentro do país.

Esses testes padronizados, na verdade, são utilizados como meios de selecionar a força de trabalho e monitorar os rumos da qualificação de mão de obra. Avaliam não só o conhecimento dos alunos como também o nível socioeconômico, pois a nota é relacionada, também, a este nível, ou seja, esses exames acabam medindo apenas a competência e a habilidade dos alunos, não o conteúdo escolar em si.

O sistema de responsabilização é, geralmente, composto por esses testes, pela divulgação pública dos resultados de desempenho da escola, pelas recompensas para a escola e professores e pelas sanções, que geram uma competição, em termos de aproveitamento, tanto dos alunos com mais capacidade como daqueles que não se aproximam da média, o que confirma a seleção de um grupo. Trata-se, com isso, a educação de uma forma homogênea, nivelando o conhecimento de todos, o que não deveria ocorrer.

Acentua-se assim a responsabilidade individual, os fracassos pessoais e as falhas pessoais. Embora nesta sociedade a liberdade do mercado seja garantida, cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar, do mesmo modo como deve responder por eles. Neste contexto, o sucesso e os fracassos individuais

São interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio da educação), em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as

³ É uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.

exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo) (HARVEY, 2008, p. 76).

O governo e os empresários atuam com o discurso da meritocracia, porém é preciso entender que ela “está baseada na igualdade de oportunidades e não de resultados” (FREITAS, 2012, p. 383). Segundo esta concepção, todas as crianças têm as mesmas oportunidades de alcançar o sucesso na vida profissional, dependendo apenas do esforço pessoal de cada uma, no entanto, não são levadas em consideração suas condições de vida, isto é, as diferenças sociais existentes entre elas.

Essas diferenças sociais são vistas pela escola como diferenças de desempenho, o que nos faz concluir que a escola não consegue resolver essas diferenças, apenas oculta as desigualdades sociais e sustenta a diferença de resultados. Nessa perspectiva, os professores costumam trabalhar sob pressão e tendem a se concentrar mais nos alunos com melhor desempenho, procurando fazer com que se aperfeiçoem, de forma a alcançarem bons resultados nos testes — apenas para o professor e para a escola. Tal fato culmina no afastamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

A motivação do trabalho docente passa a ser, então, atraída pela necessidade de ganhar mais dinheiro. Esse “sistema de bônus cria competição danosa e afasta os professores dos alunos ruins; a educação não é como mercado, em que a concorrência pode ser saudável” (SETUBAL, 2012 *apud* FREITAS, 2012 p.385). Além disso, essas teorias abrem espaço para uma privatização do sistema público de ensino, reforçado devido à mudança do conceito de público estatal e público não estatal. Nestes parâmetros, o público pode ser administrado privadamente, isto é, a escola continua sendo pública e gratuita para os alunos, porém o Estado transfere recursos para a iniciativa privada gerir a escola.

Além desse fator, temos a privatização por meio de bolsas, que permitem aos alunos estudarem em instituições particulares. O fato de colocar os estudantes das classes populares nas escolas particulares assim “tem a finalidade de justificar o aparecimento de uma escola privada para pobres” (FREITAS, 2012, p.387). Essas teorias produzem diversos efeitos, dentre os quais destacamos o estreitamento curricular, caracterizado pela valorização de determinadas disciplinas em detrimento de outras. O currículo da escola passa a valorizar mais as matérias abordadas nos testes aplicados para avaliar o desempenho dos alunos, o que os atinge tanto

quanto aos docentes, pois a instituição escolar acaba considerando o que é valorizado pelo teste como bom para todos, já que é o básico. De acordo com Freitas (2012), a escola

retira elementos críticos da realidade e substitui por conhecimentos básicos, um corpo de habilidades básicas de vida, suficiente para atender aos interesses das corporações e limitado a algumas áreas de aprendizagem (...) a escola cada vez mais se preocupa com a cognição, com o conhecimento, e esquece outras dimensões da matriz formativa, como a criatividade, as artes, a afetividade, o desenvolvimento corporal e a cultura (p.389).

Ligado a essa ideia, a iniciativa privada ganha seu espaço oferecendo diversos programas escolares de dança, arte e cultura como forma de ganhar seu espaço ideológico, passando a imagem de que se preocupam com a qualidade de vida e aprendizagem dos alunos, tais como o programa Amigos da Escola, as ações do Instituto Ayrton Senna, do Criança Esperança, do movimento Todos pela Educação, do Movimento pela Base, entre outros.

Nesses parâmetros, em um sentido geral, as escolas se tornam muito competitivas, o que elimina ou prejudica a colaboração entre elas. Com isso, estes ambientes favorecem diversas formas de fraudes, principalmente dos exames aplicados; a precarização da formação do professor, pelo *apostilamento*; além da destruição do próprio sistema público de ensino, que se dá por concessões de escolas públicas para serem administradas pela iniciativa privada (FREITAS, 2012).

Em síntese, a educação atualmente, está instrumentalizada a serviço da classe dominante e do empresariado. Seu interesse pela educação é realizado por conveniência, ou seja, quando o assunto envolve o financiamento, transferência de recursos e o controle ideológico baseado na lógica e interesse de mercado. Conseguiram transformar valores particulares, de classe, em valores universais, como se fossem do interesse de todos.

Desse modo, podemos perceber os rumos que a educação vem tomando no Brasil, baseando-nos na teoria do capital humano, na pedagogia das competências, da empregabilidade, da qualidade total, o qual elabora Frigotto “visa formar o cidadão mínimo, fácil de manipular e de explorar” (2005, p. 26), através de um processo de privatização e mercantilização da mesma.

A dominação imposta por esses grupos não ocorre só no plano ideológico, mas também na forma de comportamentos que institui, pelas práticas escolares que estabelecem, nos rituais que consolidam, nas relações de poder que impõe, nos condicionamentos e na submissão que exigem ocultamente. Com essas ações percebemos que contribuem para o desmonte da

educação pública brasileira. Diante disso, o Estado tem sido cúmplice dos empresários e ficado cada vez mais distante e submisso.

Pode-se dizer que estamos vivendo em um Estado de Exceção, segundo os termos de Giorgio Agamben (2004), no qual a criação voluntária de um estado de emergência tornou-se uma das práticas essenciais do Estado nos dias de hoje e um paradigma do governo dominante. Essa técnica de governo ameaça transformar radicalmente a sociedade e se apresenta como uma indeterminação entre democracia e absolutismo.

Esse estado apresenta forma legal daquilo que não pode ter forma legal, tentando colocar o estado de exceção dentro de um contexto jurídico. Paulani (2010) afirma que o estado de exceção já vem ocorrendo nas políticas econômicas desde o governo FHC. Trata-se de uma cidadania abstrata, que “formalmente assegura a igualdade de direitos a todos os indivíduos, mas de fato como mostra a história não garante a todos os meios para concretizar a igualdade, nem mesmo satisfazer as necessidades de sobrevivência” (FRIGOTTO; CIAVATTA; 2003 p.24 apud CIAVATTA, 2009).

Percebemos, assim, a necessidade de um Estado que recupere seu papel inicial, provedor unicamente do sistema público, realizando as devidas mediações com o sistema privado, não compactuando e entregando tudo em suas mãos como tem ocorrido ao longo desses anos, conforme exposto nesta discussão.

3 OS EMPRESÁRIOS DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO NA CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Ao longo dos anos 90, diversas ONGs foram criadas com o objetivo de ‘melhorar a qualidade da educação’ uma delas é o movimento Todos pela Educação, criado no ano de 2006, sobre a afirmação de que os problemas sociais em geral, e da educação básica em particular, estariam impedindo a capacidade de inserção competitiva do país no mercado mundial, pois os objetivos e metas traçados nas conferências e acordos com os organismos internacionais não se cumpriam.

O TPE encontra-se estruturado a partir de um pacto entre a iniciativa privada e esferas públicas do governo. Reunindo atualmente um grupo de empresários mantenedores ou parceiros como do Banco Itaú, Banco Bradesco, Editora Moderna, Fundação Lemann,

Fundação Roberto Marinho, Família Kishimoto, Grupo Suzano, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Unibanco, GOL linhas áreas, Dpaschoal, entre outros.

Também no ano de 2006, um grupo de empresários e representantes das esferas municipal, estadual e federal de educação, como membros do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), entre outras organizações, passaram a unir esforços, afirmaram um compromisso em defesa da educação pública proposto pelo TPE, afirmando que “a unidade política passou a ser denominada de uma ampla aliança intersetorial em defesa de um projeto de nação” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007 apud MARTINS, 2009 p.7). Mas para Frigotto (2017), essa atuação dos empresários trata-se de um golpe que tem sua gênese e sustentação nas

nas Confederações e institutos privados que representam os grupos detentores do capital local e mundial; na grande mídia monopolista empresarial, parte e braço político e ideológico destes grupos; em setores e figuras do Poder Judiciário, inclusive na mais alta Corte, uma cínica expressão do torto direito e da justiça; em setores do Ministério Público e da Polícia Federal; em parte nas diferentes denominações religiosas, especialmente aquelas que tornaram ‘deus’ uma mercadoria abstrata, explorando monetariamente a fé simples de fiéis; em universidades onde, como temia Milton Santos, estão se formando, especialmente nos cursos de mais prestígio econômico e social, deficientes cívicos. No campo da educação, o núcleo empresarial golpista e seus intelectuais aninham-se sob a aparência cívica do ‘Todos Pela Educação’ e do ‘Escola Sem Partido. (FRIGOTTO, 2017, p.23 e 24)

De acordo com Leher (2013), o TPE teve maior relevância quando associou suas ideias aos objetivos do Movimento Brasil Competitivo (MBC), criado por Jorge Gerdau antigo presidente do Todos pela Educação. Em 2005, esse movimento junto a outras frações do capital realizaram o congresso “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”, organizado por três organizações empresariais: Instituto Gerdau e as Fundações Jacobs e Coleman, ambas com sede na Suíça. Este evento permitiu a legitimação do projeto Compromisso Todos pela Educação e fortaleceu no meio empresarial

a importância de uma organização com capacidade para defender interesses de classe burguesa na sociedade civil e intervir na definição de políticas educacionais no Estado. Os empresários brasileiros saíram do congresso com metas, estratégias, cronograma e uma forte mobilização para iniciar a construção de um pacto nacional em defesa da Educação Básica brasileira (LEHER, 2013 apud GUIMARÃES, 2013 p.3).

Uma das intelectuais orgânicas da classe empresarial publicou um artigo em um importante jornal do país, que pode ser considerado como um resumo desse congresso para a TPE onde afirma que

Só a educação de qualidade pode formar a base de um novo projeto de país, mais justo e mais desenvolvido. Foi exatamente esse o espírito do encontro na Bahia: ao analisar o triste cenário no Brasil e na América Latina, os 250 participantes do evento chegaram à conclusão de que a educação é, neste momento, a mais importante política pública e que assegurar a sua qualidade, especialmente para os menos favorecidos, constitui o melhor instrumento para reduzir nossas históricas desigualdades sociais. [...]. É a crença de que a educação deixará de ser pauta de importância secundária apenas quando todos os setores fizerem a sua parte de forma integrada e sinérgica. Pela primeira vez, um grupo de lideranças, apoiado por organizações da sociedade civil e em sintonia com os governos, decidiu juntar esforços em torno de um grande projeto educacional para o país. Como demonstração de vontade, a maioria dos presentes subscreveu sua participação no movimento "Compromisso Todos Pela Educação" [...] (VILLELA, 2006, p.03 apud MARTINS, 2009 p.5).

Vilela (2006, apud MARTINS, 2009) continua afirmando que na prática, a adesão a este compromisso, implicava investir em recursos para poder efetivar o direito à “educação de qualidade”, para que em 2022, todas as crianças e jovens tenham acesso a um ensino básico que os prepare para os desafios do século 21.

O TPE afirma-se como um movimento da sociedade civil brasileira, “sem fins lucrativos, suprapartidário e plural” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019) que produz conhecimento, fomenta e mobiliza uma demanda social por uma educação de qualidade, bem como defende a ideia de que: o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos seus cidadãos tiverem uma Educação de qualidade, entretanto, a educação que convém aos empresários.

Essa nova sociedade civil ativa, comprometida com o empresariado, atua junto aos seus parceiros na busca pela hegemonia e consolidação dos grupos dominantes. Buscando a conformação de novos cidadãos mediante a consolidação dos valores do individualismo, do empreendedorismo e do colaboracionismo. Desde sua fundação, o TPE já se orientava pelas determinações do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segundo Martins (2009) a noção de “independência” do TPE, sugere que os empresários seriam portadores de um projeto de refundação do capitalismo no país sob o princípio da autonomia, ou seja, de não subordinação internacional. Entretanto, não vemos isso, pois esse movimento conta com apoio e segue orientações de organismos internacionais. Uma hipótese sobre o significado dessa ideia pode estar ligada a questão de obter uma hegemonia nos diversos setores da sociedade, e a crença de que o TPE é um organismo preocupado com o país, com bons objetivos em suas propostas.

Segundo o TPE, o Brasil jamais alcançará a competitividade no mercado mundial se não houver desenvolvimento econômico acompanhado de justiça e igualdade de oportunidades educacionais para todas as crianças e jovens em idade escolar. A proposta político-pedagógica do TPE aparenta traços progressistas, mas na verdade ela é conservadora na medida em que articula a racionalidade funcional-econômica burguesa aos aspectos sociais e culturais da sociedade, assumindo, desse modo, um suposto caráter humanitário e missionário de combate à desigualdade educacional (MARTINS, 2009). Nestes termos, diante de todo o trabalho de difusão da ideologia empresarial pelo TPE, podemos dizer que ele passa a atuar então, como um partido político, segundo os conceitos de Gramsci, isto é,

um sujeito coletivo com uma ou mais camadas de intelectuais que dão homogeneidade e consciência a própria função, não apenas no campo econômico mais também no social e político, compõe categorias especializadas para o exercício das funções intelectuais, com a função de homogeneizar e conscientizar no campo intelectual moral e cultural com o objetivo de garantir uma coesão e coerência com o campo econômico (GRAMSCI, 2007).

O TPE ganha uma enorme aceitação de toda sociedade, desta forma, entendemos que o MPB surge após o TPE está bem consolidado e com bastante poder de hegemonia. Afirmam que suas metas e ações estariam assegurando a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade. Percebemos essa convergência de interesses, a partir da ênfase dada pelo TPE (2013) nas suas metas e bandeiras com propostas para todos os níveis escolares. Suas cinco metas a serem alcançadas até 2022 são:

- 1) Todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos devem estar na escola;
- 2) Toda criança deve estar alfabetizada até os 8 anos;
- 3) Todo aluno deve portar conhecimento de acordo com a idade-série;

- 4) Os jovens devem concluir o ensino médio até os 19 anos de idade;
- 5) Investimento em educação ampliado e bem gerido.

Para o cumprimento dessas metas o TPE em 2013, organizou algumas ações para que fossem criadas políticas que possibilitassem a aceleração do cumprimento das metas, são elas:

- a) Melhoria da formação e carreira do professor,
- b) Definição dos direitos de aprendizagem,
- c) Uso pedagógico das avaliações,
- d) Ampliação da oferta de Educação Integral, aperfeiçoamento da governança e gestão.

Dentre as principais bandeiras do movimento, a partir de assuntos ditos como prioritários para a melhoria da educação, levantadas no ano de 2010, em Passos (2013), podemos ver neste mesmo ano, quais eram as bandeiras do TPE (2013): o currículo e a valorização dos professores; o fortalecimento das avaliações; responsabilização dos gestores; melhoria das condições para a aprendizagem e definição do direito para a mesma. Hoje em dia não se encontra mais disponível para acesso no site, assim como outras diversas modificações feitas pelo movimento.

Possuem o discurso de que só o envolvimento e a participação de diversos segmentos da sociedade, particularmente do empresariado, engajados na obtenção das mesmas metas, alinhados com as diretrizes das políticas públicas educacionais é que a sociedade brasileira conseguirá encontrar as melhores e efetivas soluções e condições para a mazela educacional. “Com uma atuação focada em contribuir para o avanço das políticas públicas educacionais, buscamos criar senso de urgência para a necessidade de mudanças” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019).

Diante dessas metas e bandeiras, percebemos uma preocupação do Todos pela Educação com a bandeira 1 que diz respeito ao currículo escolar, como também a missão de fazer avançar as políticas públicas educacionais, fato que coincide com a criação do MPB. Nestes mesmos parâmetros e com o mesmo perfil de parceiros, temos em 2013 a criação do Movimento pela Base Nacional Comum (MPB), constituído por um grupo de empresários que se afirma como um grupo não governamental de profissionais da educação, com o objetivo de atuar para facilitar a construção de uma Base de “qualidade”. Assim como o TPE o MPB age como

um aparelho privado de hegemonia, agindo para a consolidação dos interesses empresariais da educação.

4 O MOVIMENTO TODOS PELA BASE E SUAS AÇÕES

O MPB atua na promoção de debates, estudos e pesquisas com gestores, professores e alunos, a fim de desenvolver uma aceitação da Base e implementá-la em todas as escolas do Brasil. Os chamados ‘apoiadores institucionais’ (MPB, 2019) deste movimento, correspondem a praticamente todos os mesmos do TPE, inclusive o próprio movimento. Dentre esses destacamos o Instituto Inspirare, o Instituto Unibanco Itaú BBA, Fundação Roberto Marinho, o Instituto Ayrton Senna antigo patrocinador do TPE, assim como a UNDIME o CONSED, a Fundação Lemann dentre outros.

O MPB possui também algumas figuras importantes para a implementação de seus objetivos, constituídos por 27 empresários: Angela Dannemman, da Fundação Itaú Social; Anna Helena Altenfelder, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec); Anna Penido, do Instituto Inspirare; Beatriz Cardoso, do Laboratório de Educação; Carmen Neves, faz parte da formação de educadores do MEC; Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE/FGV); Cleuza Repulho, ex-presidente da Undime; David Saad, do Instituto Natura; Denis Mizne, da Fundação Lemann; Eduardo de Campos Queiroz, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Francisco Aparecido Cordão, ex-membro do CNE; Guiomar Namó de Mello, consultora de projetos educacionais e de formação de professores na SEE- SP e no MEC e membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo; Luís Carlos de Menezes, professor Sênior do Instituto de Física da USP, membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e do Conselho Técnico Científico da Capes/MEC para Educação Básica, integrou o grupo de especialistas do MEC para a elaboração da versão preliminar da Base; Maria do Pilar Lacerda, diretora da Fundação SM; Maria Helena Guimarães de Castro, ex-secretária executiva do MEC; Maria Inês Fini, do INEP; Priscila Cruz, presidente executiva do Todos Pela Educação; Raul Henry, membro do CNE e vice-governador de Pernambuco; Ricardo Chaves de Rezende Martins, consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na área de Educação; Ricardo Henriques, superintendente do Instituto Unibanco; Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor da Cátedra Instituto

Ayrton Senna do Insper; Rodrigo Hübner Mendes, do Instituto Rodrigo Mendes; Ruben Klein, consultor da Fundação Cesgranrio; Tereza Perez, da Comunidade Educativa Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (Cedac); Thiago Peixoto, deputado Federal (PSD/GO); (NICOLIELO, 2018).

Os integrantes do MPB, também são constituídos por pessoas e instituições que atuam na área de educação. São organizações da sociedade civil, acadêmicos, pesquisadores, professores de sala de aula, gestores municipais, estaduais e federais, especialistas em currículos, avaliações e políticas públicas.

Para a propagação e aceitação da BNCC, o grupo promove diversas ações como produção de debates, estudos e pesquisas com gestores, professores e alunos, além de investigar casos de reforma de sucesso em vários países. Produzem inúmeros materiais sobre a construção e implementação da Base. Possuem três meios importantes de divulgação: o site, um canal no YouTube e uma página no Facebook, com pequenas entrevistas e análises. Mas podemos ver também, forte divulgação nas propagandas comerciais nos canais aberto de televisão, organizadas pelo MEC.

Esse método de difusão das suas ideias tem semelhança com a que o TPE vem fazendo desde sua criação, se aperfeiçoando cada vez mais com o passar do tempo, organizando-se em três eixos principais:

Articulação e relações institucionais, visando o fomento do debate e da mobilização; a comunicação e mobilização, que tem por objetivo uma maior inserção do tema da educação básica na mídia; e a geração de conhecimento técnico, que monitora e analisa os indicadores educacionais oficiais (MARTINS, 2016, p.68).

Para conseguir se tornar um organismo reconhecido e difundir seus objetivos o MPB vem exercendo um forte poder na mídia em geral, o que contribui para o debate e aceitação de toda sociedade em torno da BNCC, bem como a transmissão de suas ideias. Para que isso ocorra de fato, o MPB também produziu um documento chamado “Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum”, onde afirma que,

O direito constitucional à educação é concretizado, primeiramente, com uma trajetória regular do estudante, isto é, acesso das crianças e jovens a uma escola de educação básica na idade legal, depois sua permanência nessa escola, seguida da conclusão das diferentes etapas em que o ensino é organizado, também nas idades esperadas. Concomitantemente os estudantes devem ainda adquirir os aprendizados de que necessitam para uma vida plena, o que inclui seu desenvolvimento socioemocional e a

efetiva inserção na sociedade do conhecimento. As condições que deve ter uma escola para que possa desempenhar seu papel na garantia do direito à educação de seus estudantes são de três naturezas: infraestrutura, pessoal e pedagógica. O sistema de ensino básico brasileiro tem grandes dificuldades nessas dimensões e, portanto, a solução dos graves problemas educacionais nacionais exige ações concomitantes nas três dimensões referidas, ainda que com ritmos e ênfases apropriados à história e especificidade de cada sistema de ensino. (Movimento Pela Base, s/a, p. 1)

Percebemos com grande destaque no começo deste documento, a presença da Teoria do Capital humano, apresentada sob a forma dos novos fetiches, discutida anteriormente neste texto.

A ideia de construção de uma Base Nacional Comum Curricular para a educação do país, na realidade está previsto desde a Constituição de 1988, o artigo 210, prevê a fixação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental. A LDB nº 9394/96, determina a adoção de uma base em seu artigo 26. Podemos encontrar também nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que deram origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais, no artigo 14 a necessidade de um currículo-base. Esse debate ganha mais força em 2014, com a Lei n.13.005/14 que dispôs sobre o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE). Não por coincidência, com grande influência do Todos pela educação para a implementação do PNE.

O Plano Nacional de Educação é caracterizado por alguns autores da educação como um golpe na educação realizado pelos grupos dominantes (COLEMARX, 2014). O TPE constitui-se como um dos principais organizadores do PNE, tanto, que podemos ver claras semelhanças entre suas metas como Movimento, encontradas em seu site, com as metas e estratégias do plano. Para a elaboração do PNE foram incorporados altos dirigentes, que já atuam em favor do empresariado, inclusive do TPE, em todo o Brasil, garantindo a legitimação dos seus projetos (PASSOS, 2015).

A Base Nacional Comum Curricular, segundo o MPB (2019) define os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os alunos da Educação Básica têm o direito de aprender, da Educação Infantil até o Ensino Médio. Assim, pretende-se neste momento, compreender a influência do MPB na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Neste sentido, o processo de construção da BNCC, segundo Marsiglia et al. (2017), foi caracterizado por um processo que

envolveu membros de associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, membros do Conselho

Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial (Ibidem., p.108).

A primeira versão dessa proposta assinada pelo MEC, CONSED e UNDIME, não estava clara a posição do MEC, mesmo assim foi para consulta pública online entre 16 de setembro de 2015 e 15 de março de 2016, num cenário de grande instabilidade política no país. Objetivavam a legitimação das mudanças propostas para a educação, de acordo com Andrade, Neves e Piccinini, “a consulta registrou mais de 12 milhões de contribuições, a despeito do meio de consulta ser eletrônico, do texto ser longo, predominantemente esquemático, com terminologia técnica e detalhamento incomum para uma referência curricular” (Ibid. 2017, p.7).

Em julho de 2016, o MEC organizou um Comitê Gestor para produzir a segunda versão da BNCC e da Reforma do Ensino Médio. Vale lembrar, que toda esta tramitação ocorreu no momento em que vivíamos uma instabilidade política no Brasil, que culminou no Golpe de 2016. O MPB teve relevante contribuição nesta versão, produzindo um vídeo com contribuições de membros do seu grupo, apresentando melhorias para as próximas versões, muitas ideias giravam em torno da objetividade nos conteúdos e organização por competências e habilidades. Foi então apresentada como

fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira em geral, apresenta os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos para as diferentes etapas de escolarização. (MEC. CONSED. UNDIME, 2016, p.24)

Finalizada esta versão, este documento passou por cinco audiências públicas em todas as regiões do país entre julho e setembro de 2017, para que a população colocasse a sua opinião. Nessas audiências estavam presentes intelectuais orgânicos da burguesia, em destaque, os representantes do Movimento Pela Base, professores, movimentos sociais, intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, originando diferentes contribuições.

A terceira versão trouxe como “apoio” o grupo Movimento Pela Base, o que dá uma característica peculiar a essa versão, pois a organização dos conteúdos curriculares se diferencia das outras versões, trazendo agora como base as competências e habilidades. Verificamos aqui, a contribuição deste movimento para a implantação da lógica do capital humano no currículo base das escolas de todo país. Que como vimos anteriormente, esta

teoria considera a educação como investimento, voltando-a apenas para o mercado de trabalho.

Em seu site, afirmam que a BNCC não é currículo, mas sim um referencial obrigatório para os currículos das redes estaduais, municipais e particulares do país. Trazendo aprendizagens comuns a todos os brasileiros e que os currículos das escolas deverão contemplar o que a Base diz. Apontam também que a BNCC não é a única solução para a Educação brasileira e sim “uma oportunidade para que várias soluções sejam pensadas e realizadas. Ao deixar claro o que os alunos brasileiros devem aprender (e considerando altas expectativas de aprendizagem)” (MOVIMENTO PELA BASE, 2019) acreditam que ela pode ajudar a diminuir as desigualdades educacionais e a melhorar a qualidade da Educação.

Apesar de afirmarem em seu site, que a BNCC não é uma política de governo ou partido, sabemos o que está por trás dessa suposta neutralidade. Pretendem assim, que a implementação da BNCC seja um processo que envolva o governo, gestores e professores, em diversas frentes, para isso, dividiram as ações em: revisão dos currículos locais, dos materiais didáticos, formação continuada e inicial dos docentes, alinhamento das avaliações (MOVIMENTO PELA BASE, 2019).

Lançaram também sete princípios para orientar a construção da Base, “para que de fato ela seja aproveitada em sala de aula e promova a equidade educacional” (MOVIMENTO PELA BASE, 2019), neste sentido, a atuação do MPB deve ser de modo a assegurar que esses princípios sejam seguidos ao longo de todo o processo. Em última análise, propõe que seja dada ênfase nos conhecimentos, habilidades e valores essenciais que todos devem aprender para o seu pleno desenvolvimento e o desenvolvimento da sociedade, isto é, os valores e lógicas que bem sabemos quais são, as empresariais e mercadológicas.

Recentemente no ano de 2020, temos a criação do Instituto Reúna, como mais uma entidade sem fins lucrativos, que afirmam ter sido criada para superar o desafio de implementação da BNCC e para cumprir a meta 7 do Plano Nacional de Educação, que prevê o fomento à qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades. Como forma de endossar seu empenho por uma educação que sabemos que é na verdade de qualidade duvidosa, atuam com o objetivo de que “a educação de qualidade e com equidade é um direito de todas as crianças, adolescentes e jovens do Brasil (INSTITUTO REÚNA, 2020).

Asseguram desenvolver conhecimento e serviços técnico-pedagógicos para o ensino e a aprendizagem como também contribuir para tornar o sistema educacional mais coerente. Dividem este trabalho em quatro frentes de atuação: formação, material didático, currículo e avaliação. Constroem ferramentas e conteúdos práticos alinhados à BNCC, “reunindo o que há de melhor nas experiências e referências nacionais e internacionais e potencializando uma rede de parceiros para atuar na transformação da educação (INSTITUTO REÚNA, 2020). Continuam dizendo que querem o melhor para os estudantes brasileiros e que trabalham intensamente para alcançar meta de ter uma educação igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, podemos inferir que as ações do Movimento pela Base, assim como do Instituto Reúna caracterizam-se ainda como algo relevante a ser estudado por nós educadores, pois as concretizações dos seus planos são alcançadas ao longo do tempo, conforme a BNCC for modificando de fato os planos e currículos das escolas. Assim, como tantos outros institutos e fundações sem fins lucrativos no país, o Instituto Reúna também possui alguns parceiros como a Fundação Lemann e a Imaginable Future. Neste caso, percebemos semelhança com os outros grupos empresariais que atuam da mesma forma, surge assim a necessidade de acompanhar também este grupo para entendermos o que virá e que de fato farão.

Diante do exposto, sabemos que a qualidade da educação proposta pelo MPB é ajustá-la aos parâmetros da Teoria do Capital Humano, aliada aos princípios neoliberais e a formação para o trabalho simples, desmantelando ainda mais a educação. Através de um currículo minimalista e uniforme, que não respeita a diversidade existente no país, assim como as peculiaridades de cada região.

Percebemos assim, a influência desse grupo na formulação do currículo comum à todas as escolas do Brasil, atingindo diretamente todos os níveis de educação, e aqui em especial, destacamos que a aprovação da BNCC deu abertura para implantação da contrarreforma do ensino médio, na qual a proposta de ensino desta reforma encontra-se nos conteúdos da BNCC. De caráter obrigatório, a Base vem fazendo com que toda a educação básica do Brasil, esteja de acordo com as referências comuns para os currículos de forma a ser igual para todos.

É fato que as ações do MPB não se esgotam aqui, eles continuam atuando para a concretização dos seus interesses. Diante desta conjuntura, percebemos que a burguesia se organiza mais uma vez para fazer com que os interesses de sua classe se tornem interesses de toda a sociedade, transformando-os em políticas públicas para toda a população, com uma lógica empresarial e classista no currículo comum. Percebemos assim, que este currículo é terreno estratégico para a hegemonia da classe dominante, porém também é um terreno da luta de classes, pois este projeto político será sempre atravessado por diversas resistências e por projetos antagônicos de vida e sociedade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDRADE, Maria Carolina; NEVES, Rosa Maria; PICCININI, Cláudia. Base Nacional Comum Curricular: disputas ideológicas na educação nacional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017/De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917), 2017, Niterói. Anais.
- CIAVATTA, Maria. Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.
- COLEMARX. Coletivo de estudos em Marxismo e Educação. Plano Nacional de Educação 2011-2020: notas críticas. Disponível em <seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim558.pdf> 08 de agosto de 2014. Acesso em 4 dezembro de 2015.
- FREITAS, Luiz C. Os reformadores empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do Sistema Público de Ensino. Revista Educação e sociedade, Campinas, v. 33, n.119, p.379-404, abr.-jun.2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>
- FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese do Decreto nº. 5.154/2004: um debate no contexto da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, v.3. Maquiável. Notas sobre o Estado e a política. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Cátia. Educação pública lógica privada. Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde. v. 5, n. 27, mar. /abr. 2013.

HARVEY, David. O neoliberalismo: histórias e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO REÚNA. Disponível em: <https://instituto-reuna.org.br/o-reuna/>. Acesso em abril de 2020.

MARSIGLIA, Ana Carolina et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835> > Acesso em janeiro de 2020.

MARTINS, André. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo de Terceira via. In: NEVES, Lúcia W. (org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

MARTINS, André. Todos pela Educação: o projeto educacional dos empresários para o Brasil século XXI. UFJF GT-09: *Revista Trabalho e Educação*, 2009.

MARTINS, Erika Moreira. Todos Pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MELO, Adriana S.M.; MARTINS, André; NEVES, Lúcia W.; SOUZA, Camila; FALLEIROS, Ialê; Mudanças na educação básica no capitalismo de Terceira Via no Brasil. In: MARTINS, André; NEVES, Lúcia W. (orgs) *Educação básica: tragédia anunciada!* São Paulo: Xamã, 2015.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/> Acesso em agosto de 2019.

NEVES, Lúcia W. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia W. (org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

NICOLIELO, Lísia. Disputa por hegemonia na educação brasileira: o movimento pela Base Nacional Comum. Monografia apresentada ao Programa de Licenciatura em História Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

PASSOS, Roberta. O movimento Todos Pela Educação e suas ações para educação brasileira na atualidade. Artigo apresentado no Seminário de produção Científica do Grupo THESE, 2013.

PASSOS, Roberta. Privatização e Mercantilização da Educação: as ações do movimento Todos pela Educação. Monografia apresentada ao Programa de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

PAULANI, Leda. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Rui; RISEK, Cibele (orgs.). Hegemonia às avessas. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 109-136.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. S/d. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em agosto de 2019.

UNDIME. MEC divulga resultados do IDEB 2015. Notícias UNDIME: 09 de setembro de 2016. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/09-09-2016-09-27-mec-divulgaresultados-do-ideb-2015>. Acesso em junho de 2019.

UNESCO. Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos – Satisfação das Necessidades Básicas em Aprendizagem. 1990. Paris: UNESCO, 1990. Disponível em: www.unesco.org.br/publicações. Acesso em junho de 2013.

Recebido em 12/01/2024.

Aprovado em: 21/10/2024.